

PUBLICAÇÃO: 31/08/2017

Adesões a Campanha Construindo Cidades Resiliente – Agosto 2017



Itaperuna	RJ
Maricá	RJ
Pinheiral	RJ
Quissamã	RJ
Rio Bonito	RJ
São Francisco de Itabapoana	RJ
Vassouras	RJ
Conchal	SP
Echaporã	SP
Jaborandi	SP
Lutécia	SP
Nova Castilho	SP
Pedranópolis	SP
Reginópolis	SP
Santana de Parnaíba	SP
Taciba	SP
Taquarivaí	SP

Tupi Paulista	SP
Guaxupé	MG



Brasil encerra atividade militar no Haiti nesta quinta-feira (31)



Soldado brasileiro resgata um bebê durante a tempestade tropical Noël no Haiti. Foto: ONU/Marco Dormino

Nesta semana, as tropas brasileiras se despedem oficialmente da missão da Organização das Nações Unidas no Haiti depois de 13 anos. Será realizada na próxima quinta (31), às 19h de Porto Príncipe (20h em Brasília), a cerimônia que marca o encerramento das atividades militares do Brasil na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH). Desde a decisão do Conselho de Segurança de extinguir a missão, o contingente tem se reduzido gradualmente até a retirada completa, prevista para 15 de outubro de 2017.

MINUSTAH e o comando brasileiro

MINUSTAH é a sigla em francês que se refere à Missão criada em 30 de abril de 2004 pela Resolução 1542 do Conselho de Segurança da ONU, e implementada efetivamente em 1º de junho do mesmo ano. A Missão foi criada para suceder de maneira mais estruturada a Força Multinacional Interina, estabelecida apenas dois meses antes (26/02/2004) pela Resolução 1529.

A Missão foi autorizada a mobilizar no Haiti até 6.700 militares, 1.622 policiais, 550 funcionários civis internacionais, 150 voluntários das Nações Unidas e cerca de 1 mil funcionários civis locais.

Desde sua implementação, a MINUSTAH tem seu braço militar sob o comando do Brasil no trabalho para colocar fim à violência e à instabilidade política no Haiti.

No total, 37.500 militares brasileiros — sendo 213 mulheres — atuaram no Haiti, possibilitando que o país testasse equipamentos militares em condições operacionais reais, uma experiência concreta para toda uma geração de soldados.

Além do contingente brasileiro, integraram a MINUSTAH militares de Japão, Chile, Nepal, Jordânia, Uruguai, Paraguai, Coreia do Sul, Sri Lanka, Argentina, Bolívia, Guatemala, Peru, Filipinas e Equador. Canadá, Estados Unidos e França prestaram apoio estrutural.

O Brasil encerra sua atuação no Haiti com 981 militares. Desses, 767 são do Exército, 182 da Marinha e 32 da Força Aérea.

2010, o ano da devastação

Em 2010, dois eventos prolongaram as atividades da MINUSTAH no país: o terremoto que deixou milhares de mortos e a epidemia de cólera.

Em 12 de janeiro daquele ano, um terremoto de magnitude 7.0 atingiu a ilha caribenha, com o epicentro localizado a 25 km da capital, Porto Príncipe. Mais de 220 mil pessoas morreram, incluindo 102 funcionários da ONU. Milhares de pessoas ficaram feridas ou incapacitadas permanentemente enquanto 1,5 milhão de pessoas ficaram desalojadas.

O terremoto foi um duro golpe à economia e à infraestrutura haitiana — já muito instável — e adiou os esforços de reconstrução do país. A catástrofe também levou a um clima de incerteza política, interrompendo um período de relativo progresso em direção a eleições legislativas, presidenciais e municipais, programadas para fevereiro daquele ano.

A MINUSTAH também foi afetada. O terremoto matou seu representante-especial Hédi Annabi, tunisiano, e seu vice, o brasileiro Luiz Carlos da Costa. Foi uma das maiores baixas na história de 62 anos da ONU em operações de manutenção da paz.

Logo após o terremoto, as unidades militares e civis especializadas realizaram operações de busca e salvamento, estabeleceram hospitais de campo e forneceram apoio imediato a esforços de assistência salva-vidas, restaurando a infraestrutura base do país. Apesar das grandes perdas, a MINUSTAH atuou decisivamente para responder às necessidades pós-terremoto dentro do seu mandato e em consonância com as prioridades de alívio, segurança e restauração da capacidade do Estado.

Depois da tragédia, veio o surto de cólera. O componente militar lançou uma campanha pública, forneceu suprimentos médicos, prestou assistência a instalações médicas e apoiou as autoridades de saúde haitianas na distribuição de água engarrafada, kits de purificação de água, sabão, cloro e sais de reidratação oral. Os

engenheiros da MINUSTAH construíram também centros de tratamento para a doença.

Em novembro do mesmo ano, o furacão Thomas atingiu o Haiti e, mais uma vez, os militares prestaram assistência humanitária. As forças da paz ajudaram a Agência Haitiana de Proteção Civil e ONGs atuantes no país a retirar moradores de áreas rurais para abrigos mais seguros. Depois, as unidades de engenharia atuaram em meio aos deslizamentos de terra, reabriram estradas e ajudaram a desviar a água acumulada da chuva, enquanto outros contingentes forneceram alimentos, água potável e suprimentos para população.

O Haiti, antes e depois da MINUSTAH

Desde o início da missão, em 2004, o componente militar da MINUSTAH conduziu regularmente operações específicas contra criminosos, devolvendo áreas ao controle do governo. As tropas realizaram patrulhas contínuas, trabalhando em conjunto com a Polícia das Nações Unidas e com a Polícia Nacional do Haiti para promover a paz e a segurança, além de garantir o cumprimento das normas internacionais de direitos humanos.

As unidades militares concentraram tempo e esforços em facilitar as eleições nacionais, proporcionando segurança e apoio logístico às autoridades civis para todas as eleições nos últimos 13 anos. O componente militar forneceu assistência humanitária após inúmeros furacões, tempestades tropicais e, notavelmente, o terremoto que devastou o país caribenho em 2010. Os capacete-azuis integraram também atividades de cooperação civil-militar, incluindo renovação de escolas, poços de perfuração, distribuição de água potável e infraestrutura pública.

O Haiti alcançou um marco significativo com o retorno à ordem constitucional completa após a conclusão do processo eleitoral e a posse de um presidente eleito, Jovenel Moïse, por sufrágio universal em 7 de fevereiro de 2017, representando o retorno à ordem constitucional completa após um ano de governo provisório.

As eleições são um passo à frente para enfrentar os desafios urgentes de segurança socioeconômica, humanitária e de segurança alimentar. Com isso, o Haiti continua a avançar na consolidação da sua democracia e estabilidade, incluindo encorajar as medidas iniciais tomadas pelo presidente Moïse para modernizar o Estado, através da reforma da administração pública.

MINUSJUSTH

A MINUSTAH será substituída pela Missão das Nações Unidas para apoio à Justiça no Haiti (MINUJUSTH, na sigla em francês), que irá apoiar os esforços governamentais no fortalecimento das instituições, no desenvolvimento da Polícia Nacional e no monitoramento, relato e análise da situação dos direitos humanos. O Haiti passará da estabilização para a construção institucional de longo prazo e desenvolvimento em estreita cooperação com a Equipe de País das Nações Unidas e outros parceiros internacionais.

Os desafios da nova Missão serão muitos. O Judiciário, por exemplo, ainda é pouco transparente e registra muitos casos de corrupção e impunidade, e o sistema prisional tem condições insalubres. De janeiro a julho de 2017, por exemplo, 137 presos morreram no Haiti em decorrência de condições desumanas, superlotação e quadros de doenças como cólera e desnutrição grave. Atualmente, mais de 72% dos detentos aguardam julgamento e metade destes está presa há mais de dois anos.

Haiti

O país ocupa um terço do território caribenho, situando-se entre o Mar do Caribe e o Oceano Atlântico Norte, a oeste da República Dominicana. Sua capital é Porto Príncipe, que tem aproximadamente 2,5 milhões de habitantes. Com mais de 10 milhões de habitantes, o país tem o pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do continente americano: 0,493, ocupando o 163º lugar entre os países do mundo, com estatísticas similares a algumas nações africanas.

A expectativa de vida é de 63 anos, 40% da população é analfabeta, a taxa de trabalho infantil é alarmante: 21%. Dois terços dos haitianos dependem do setor agrícola, vulnerável aos danos causados por desastres naturais, agravados pelo desmatamento.

O Haiti foi a primeira república negra do mundo a declarar sua independência. Atualmente, 95% dos haitianos declaram-se negros e mulatos. As línguas oficiais são francês e creole.

Informações para a imprensa:

Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil | UNIC Rio
Roberta Caldo – Assessora de Comunicação
Fones (21) 2253-2211 |(21) 98202-0171
Email: roberta.caldo@unic.org

Centro de Comunicação Social do Exército
Coronel Alexsandro – Adjunto da Divisão de Relações com a Mídia
Fones: (61) 3415-6883/6103 / (61) 99857-8444
Email: alexsandro.henrique@eb.mil



Nepal: lição para preparação para desastres

Por Khagendra N Sharma

O desastre deste ano, decorrente de deslizamentos de terra nas colinas e inundações nas planícies tem sido o mais severo em vários anos, mas não é um fenômeno novo.

É definitivamente mais fácil prever os padrões de monção todos os anos a partir de dados meteorológicos. Mas por que não nos beneficiamos da tecnologia meteorológica neste verão? Este desastre atual é inteiramente devido à natureza, ou é o resultado da complacência humana?

Onde falhamos? Quem é responsável por este desastre? Onde a tecnologia falha a este respeito? Não há uma única resposta.

As pessoas são indiretamente responsáveis por muitos fatores que resultam em desastres, como desmatamento, construção de estradas e canais e extração arbitrária de areia e pedras.

Eles também são diretamente responsáveis por muitos fatores, como a seleção de sites inapropriados e materiais falsos para a construção de habitação, e desconsiderar os pareceres e conhecimentos técnicos.

Existem causas não vistas de tais catástrofes? Nepal é responsável sozinho, ou há impressões digitais estrangeiras nisso também?

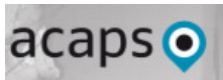
FONTE:<http://kathmandupost.ekantipur.com/news/2017-08-20/lesson-for-disaster-preparedness.html>

Revisão da literatura sobre sistemas de apoio à decisão para a redução do risco de risco natural: estado atual e direções de pesquisa futuras

O risco de risco natural é amplamente projetado para aumentar no futuro, colocando responsabilidade crescente nos tomadores de decisão para reduzir proativamente o risco. Conseqüentemente, os sistemas de apoio à decisão (DSSs) para a redução do risco de risco natural (NHRR) estão se tornando cada vez mais importantes.

A fim de fornecer orientações para pesquisas futuras nesta área de crescimento, é introduzido um sistema abrangente de classificação para a revisão de NHRR-DSSs, incluindo o escopo, a formulação de problemas, a estrutura de análise, a interação do usuário e da organização com o sistema, o envolvimento dos usuários, o monitoramento e avaliação. Uma revisão de 101 documentos com base neste sistema de classificação indica que o maior esforço foi colocado na identificação de áreas de risco e na avaliação das conseqüências econômicas resultantes de perdas diretas. No entanto, menos esforços foram colocados no teste de opções de redução de risco e considerando futuras mudanças de risco. Além disso, havia evidências limitadas nos documentos revistos sobre o sucesso dos DSS na prática e se as partes interessadas participaram do desenvolvimento e uso do DSS.

FONTE:<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1364815216311239>



Mobile App: Alerta de Crises

Receba as notícias e alertas sobre a crise humanitária mais urgente direto para o seu telefone. As informações incluem: ranking de gravidade, dados mais recentes, as principais prioridades, cenários e análise setorial.

Disponível para iOS / Android no Google Play e na Apple AppStore

FONTE:http://acapscrisisalertapp.acaps.org/?utm_source=INEE+email+lists&utm_campaign=8b14152d5e-BWB_2015_7_2&utm_medium=email&utm_term=0_710662b6ab-8b14152d5e-25743853

Orientação para o Desenvolvimento de Planos Setoriais de Educação sensíveis ao gênero

Estas orientações sobre o desenvolvimento do setor da educação sensível ao gênero planos de fornecer leitores com as informações e ferramentas necessárias para tomar um novo olhar sobre a igualdade de gênero e porque é importante na educação.

"Ao longo dos últimos quinze anos, os **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio** e educação para todas as iniciativas que moldaram os esforços e investimentos feitos em educação, desenvolvendo governos dos países, doadores e outros parceiros, levando a enormes ganhos no acesso. Em todo o mundo e particularmente no desenvolvimento países, há mais escolas, mais professores treinados, mais livros, mais banheiros, e mais meninas e meninos na escola do que nunca. e ainda muitas barreiras permanecem para os milhões de crianças ainda procuram entrar na escola e, para aqueles na escola , aprender."

FONTE:http://s3.amazonaws.com/inee-assets/resources/GPE_Guidance_for_Gender-Responsive_ESPs_Final.pdf?utm_source=INEE+email+lists&utm_campaign=8b14152d5e-BWB_2015_7_2&utm_medium=email&utm_term=0_710662b6ab-8b14152d5e-25743853

TRUMP RESCINDIU AS SEMANAS DA REGRA DO RISCO DE INUNDAÇÃO DE OBAMA ANTES DO FURACÃO HARVEY HIT

Donald Trump assinou padrões de inundações da era Obama apenas algumas semanas antes do furacão Harvey ter atingido o Texas , em busca de projetos de infra-estrutura aprovados mais rapidamente.

A regra, assinada pelo ex-presidente Barack Obama em 2015, ainda não entrou em vigor, mas teve como objetivo tornar as infra-estruturas mais resistentes aos efeitos das mudanças climáticas, como o aumento do nível do mar e as inundações.

Aqueles que apoiaram o governo de Obama acreditavam que eles tornariam as pessoas mais seguras ao colocar estradas, pontes e outras infra-estruturas em terrenos mais seguros, informou NPR. Mas Trump rescindiu a regra há várias semanas na tentativa de acelerar o tempo necessário para que projetos de infra-estrutura sejam aprovados.

A regulamentação de Obama significava que as estradas, os edifícios e outras infra-estruturas precisavam ser construídos para levar em consideração as mudanças climáticas e ser construídos para resistir aos efeitos de tais mudanças climáticas, incluindo o aumento do nível do mar nas áreas costeiras.

Mas Trump acreditava que a regra iria diminuir o processo de permissão. O presidente favoreceu uma rota mais rápida para a construção de infra-estrutura, que ele anunciou com uma ordem executiva assinada há várias semanas - o mais recente de uma série de políticas de mudança climática da era de Obama para obter o boot.

Falando em Nova York, quando anunciou a reversão das regras em 15 de agosto, Trump disse: "Vamos construir infra-estrutura de forma rápida, barata e relativamente faladora, e o processo de licenciamento será muito rápido".

A ordem executiva assinada pela Trump também dá um prazo de dois anos para que as licenças sejam concluídas para os principais projetos de infra-estrutura, que inclui avaliações ambientais sobre tais propostas.

"Será um processo muito simplificado e, a propósito, se não cumprir as salvaguardas ambientais, não vamos aprová-lo", acrescentou Trump. Ele prometeu que ele empurraria para um pacote de US \$ 1 trilhão para melhorar a infra-estrutura do país, embora ainda não apareça no Congresso.

Pelo menos cinco pessoas foram relatadas mortas após o furacão Harvey e as inundações pesadas que se seguiram, com os serviços de emergência resgatando mais de 1.000 pessoas durante a noite que estavam presos em altas nascentes.

Os moradores em Houston relataram terem sido presos em suas casas por inundações crescentes, e as autoridades alertaram as pessoas para que permanecessem no interior e não tentassem conduzir por estradas inundadas, onde é que a maioria das mortes ocorre.

Este ano, Weather.com informou que 11 tempestades nomeadas, quatro furacões e dois grandes furacões são esperados nesta temporada, com a média geralmente ligeiramente maior.

A decisão da Trump de reverter o Padrão Federal de Gerenciamento de Riscos de Inundação foi elogiada por grupos empresariais, incluindo a Associação Nacional de Construtores de Casas, que disse que os regulamentos de inundação aumentaram o custo da habitação. Mas a decisão foi criticada por grupos ambientais, informou a Reuters.

Rafael Lemaitre, ex-diretor de assuntos públicos da Agência Federal de Gerenciamento de Emergências, disse ao serviço de notícias que a Trump estava desfazendo "a ação mais significativa tomada em uma geração" para proteger a infra-estrutura das mudanças climáticas.

"Eliminar este requisito é auto-destrutivo. Podemos construir mais inteligentes agora ou colocar os contribuintes no gancho para pagar exponencialmente mais quando inunda. E será", acrescentou.

A National Association of Home Builders não respondeu imediatamente ao pedido de comentário da *Newsweek*.

[HTTPS://WWW.WHITEHOUSE.GOV/THE-PRESS-OFFICE/2017/08/15/PRESIDENTIAL-EXECUTIVE-ORDER-](https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2017/08/15/presidential-executive-order-establishing-discipline-and-accountability)

[ESTABLISHING-DISCIPLINE-AND-ACCOUNTABILITY](#)



Plano Nacional de Gestão Abrangente do Risco do Setor de Educação 2011-2021

Ministério da Educação de Honduras

O Plano é uma ferramenta estratégica que favorece a formação de uma cultura de solidariedade, prevenção, redução de risco para desastres e **resiliência na sociedade** hondurenha, através da construção de conhecimentos e procedimentos que permitam a proteção da vida, patrimônio e a atmosfera. Está alinhado com o Plano Nacional e a Visão do País e responde o que está estipulado na Lei do Sistema Nacional de Gestão de Riscos (SINAGER), que estabelece "que deve ser assumido, executar tarefas e ações específicas no território nacional" ; Onde cada instituição, organização ou empresa atenderá adequadamente a sua responsabilidade de prevenção e redução de riscos, prevenir e mitigar os desastres, se adaptar às mudanças climáticas, responder a emergências e reabilitar e reconstruir áreas afetadas.

FONTE: http://s3.amazonaws.com/inee-assets/resources/HON_MINED_plan_nacional_gestion_integral_riesgo_sector.pdf



A Índia pode ser líder em medidas de redução de risco de desastres na Ásia?

Por Diya Dutta

A história das inundações de 2017 na Índia apresenta uma imagem sombria de morte, destruição e muitos milhões de deslocamentos. Assam viu 2,2 milhões de pessoas deslocadas; Bihar testemunhou mais 2 milhões. Gujarat viu 213 mortes em uma das piores inundações em muitos anos. As mudanças climáticas, as causas induzidas por seres humanos, como a construção, a urbanização não planejada que leva ao desmatamento em larga escala e ao aproveitamento da terra são algumas das razões principais do aumento do número de catástrofes naturais relacionadas com inundações.

Crescimento econômico rápido, mas falta de compromisso com a gestão de riscos

A Ásia é a região econômica de mais rápido crescimento no mundo no presente. Nos próximos 15 anos, muitos países da Ásia, incluindo a China e a Índia, continuarão a progredir e gerar maior renda nacional e buscarão um desenvolvimento sustentável e equitativo. Mas o rápido crescimento econômico vem com sua parcela de riscos relacionados ao clima. Existem fatores de risco subjacentes aos quais os países da região estão lutando. A urbanização rápida e mal gerenciada, a exploração de recursos naturais e o aumento das desigualdades sociais são alguns dos fatores que os países da região enfrentam. Esses fatores são o resultado de baixa prioridade ou falta de capacidade dos países.

A Índia não está acima desses riscos. De acordo com o Relatório de Avaliação Global das Nações Unidas (GAR) 2015, a Índia perde cerca de US \$ 7 bilhões em uma média anual, devido às inundações sozinhas. De acordo com o World Resources Institute (WRI), em 2015, a Índia tinha o maior número de pessoas no mundo expostas ao risco de inundações. Além disso, a Índia tem, de longe, o PIB exposto em US \$ 14,3 bilhões que é afetado pela inundação do rio em média por ano.

Aderindo a um plano de redução de risco sustentável

No ano passado, a Índia organizou a Conferência Ministerial da Ásia sobre Redução do Risco de Desastres em Delhi. Esta foi a primeira conferência ministerial após a assinatura do Sendai Framework. O Sendai Framework é um acordo voluntário e não vinculativo de 15 anos que reconhece que o Estado tem o principal papel para reduzir o risco de desastres, mas essa responsabilidade deve ser compartilhada com outras

partes interessadas, incluindo o governo local, o setor privado e outras partes interessadas. O quadro Sendai visa o seguinte resultado:

A redução substancial do risco de desastres e perdas em vidas, meios de subsistência e saúde e nos ativos econômicos, físicos, sociais, culturais e ambientais de pessoas, empresas, comunidades e países.

O objetivo da conferência em Delhi era adotar um "Plano Regional Asiático para Implementação do Framework Sendai". A sustentabilidade é o núcleo deste quadro e rope em múltiplos públicos como o estado, o setor privado e as comunidades em seu plano de redução de risco.

Os desafios de reduzir o risco de desastres em um país tão vasto e divergente quanto a Índia são formidáveis. Mas o Governo da Índia apresentou um Plano Nacional de Gestão de Desastres (2016) que expressa seu compromisso de abraçar e implementar o Quadro Sendai em letra e espírito. O novo Plano abrange todas as fases do gerenciamento de desastres de prevenção e mitigação para resposta e recuperação. Também garante que a redução do risco de desastres seja incorporada em todas as partes da administração e propõe uma estrutura federal para implementação. O Plano aborda os quatro temas prioritários da estrutura de Sendai, a saber, o risco de desastres, a melhoria da governança de risco de desastre, o investimento em redução de risco de desastres (por meio de medidas estruturais e não estruturais) e a preparação para desastres,

Mover-se além e concentrar-se na governança das inundações

A Índia tradicionalmente se concentrou na proteção contra inundações, que implica medidas como aterros, dragagem de rios e fortalecimento bancário. Em um estudo realizado em 96 aldeias em Assam, Bihar, UP e Bengal, descobriu-se que essas medidas são intensivas em custos e o foco é mais na construção do que na manutenção. Conseqüentemente, as medidas caem em desuso e são ineficazes. Mudando o foco para a governança de inundações coloca o foco em pessoas afetadas pela inundação e construindo a sua e a **resiliência** de suas comunidades. Reduzir a vulnerabilidade, aumentar o acesso aos serviços e maximizar a produtividade através do uso ideal de recursos disponíveis são alguns dos principais resultados da governança de inundações.

Medidas simples e sustentáveis, tais como sistemas comunitários de alerta de inundações; A disponibilização de embarcações adequadas em áreas propensas a inundações com recursos à prova de inundações aumentará o acesso às atividades de desenvolvimento durante as inundações. Da mesma forma, banheiros elevados, unidades de ecossistemas e dugwells elevados ou poços tubulares com filtros de ferro abordarão questões de água e saneamento que são tão críticas durante as inundações. Práticas agrícolas inovadoras, como culturas resistentes a inundações, hortas flutuantes e piscicultura científica em corpos d'água e terras inundadas, podem garantir que a inundação, quando não evitável, possa ser usada de forma ideal.

Em suma, a governança das inundações promove inovações e adaptações às situações, que é uma pedra angular da abordagem sustentável da redução do risco de desastres. É evidente no Plano Nacional de Gestão de Desastres do Governo da Índia que o governo está tomando medidas preliminares nessa direção. O governo está colocando seus esforços por trás do fortalecimento da comunidade e compreensão do risco de desastres através da educação e da informação pública, investindo em **infraestrutura resiliente de desastres** e comprometer-se a melhorar a preparação para desastres e restaurar melhor recuperação, reabilitação e reconstrução.

Esperemos que o Governo da Índia continue seu compromisso com padrões globais sobre redução e mitigação de riscos de desastres. Se for bem sucedido, a Índia pode definir um exemplo adequado e ser o líder na redução do risco de desastres para outros países da região a seguir.

FONTE: <https://www.oxfamindia.org/blog/1995/can-india-be-leader-disaster-risk-reduction-measures-asia%3F>

EVENTOS



Congresso Brasileiro de Agroinformática (SBI Agro 2017)

O **Congresso Brasileiro de Agroinformática (SBI Agro 2017)** é o principal evento científico da área de Informática aplicada à Agricultura no Brasil, promovendo o compartilhamento de resultados de pesquisas, troca de ideias sobre trabalhos em andamento e a inovação em AgroInformática. O congresso é promovido pela Associação Brasileira de Agroinformática (SBI Agro) com o apoio da Sociedade Brasileira de Computação (SBC).

A décima primeira edição do congresso será realizada entre os dias **2 e 6 de outubro de 2017** no **Centro de Convenções e Casa do Lago da Unicamp**, em **Campinas, SP**. Salienta-se que Campinas é conhecida como o Vale do Silício Brasileiro pela forte presença de empresas de alta tecnologia e universidades de renome internacional. Nesta XI edição, o Congresso será organizado pela **Embrapa Informática Agropecuária**, pelo **Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura (Cepagri/Unicamp)**, pela **Faculdade de Engenharia Agrícola (Feagri/Unicamp)** e pelo **Instituto de Computação (IC/Unicamp)**. A expectativa é que o evento atraia de 300 a 400 participantes.

OSBI Agro 2017 terá como foco o tema **“Ciência de Dados na Era da Agricultura Digital”**. O evento contará com mesas redondas, painéis, palestras, apresentação de trabalhos científicos e concurso. Para estimular a inovação e o negócio na área de

AgroInformática, pretende-se realizar também uma exposição das principais empresas da região de Campinas e um concurso para desenvolvimento de aplicativos móveis. A integração de diferentes perfis, resultantes da interdisciplinaridade inerente à AgroInformática, irá promover um ambiente propício para o surgimento de projetos, parcerias, negócios, inovação, entre outros.

FONTE:<https://www.sbiagro.org.br/sbiagro2017/>



GEOINFO - Simpósio Brasileiro de Geoinformática

A série GEOINFO (Simpósio Brasileiro de Geoinformática) é uma conferência anual para explorar pesquisa em andamento, desenvolvimento e aplicações inovadoras em ciência da informação geográfica e áreas relacionadas.

Os trabalhos devem descrever pesquisas originais. Trabalhos em curso ou recentemente concluídos são bem-vindos. Todas as apresentações serão analisadas por um comitê científico internacional.

A sessão de demonstração Geoinfo 2017 complementa o programa geral do Simpósio. Ele é projetado para fornecer uma maneira excitante e altamente interativa de demonstrar ferramentas para armazenar, processar, analisar e visualizar dados espaciais e espaciotemporais. Esta é uma excelente oportunidade para anunciar a aplicabilidade da ferramenta desenvolvida e obter feedback da comunidade em geoinformatics. Os documentos de demonstração de ferramentas devem estar relacionados aos tópicos de interesse da trilha principal da conferência. A sessão é focada no software acadêmico e de pesquisa, e não se destina à demonstração de produtos comerciais.

As conferências do GEOINFO também visam trazer ao Brasil líderes pesquisadores da GIScience e do banco de dados espaciais, para apresentar à comunidade local uma perspectiva do estado da arte na área. Os palestrantes anteriores incluíram Max Egenhofer, Gary Hunter, Andrew Frank, Roger Bivand, Mike Worboys, Werner Kuhn, Stefano Spaccapietra, Ralf Guting, Shashi Shekhar, Christopher Jones, Martin Kulldorff, Andrea Rodriguez, Max Craglia, Stephen Winter, Edzer Pebesma, Fosca Giannotti, Christian Freksa, Thomas Bittner, Markus Schneider, Helen Couclelis, Randolph W. Franklin, Paul Brown e Michael Batty.

FONTE:<http://www.geoinfo.info/geoinfo2017/>

MAIS INFORMAÇÕES

CAMPINAS RESILIENTE - OBSERVATÓRIO

<https://resiliente.campinas.sp.gov.br/>

INFORMATIVOS UNISDR

<http://www.eird.org/camp-10-15>

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE DESASTRES - PARANÁ

<http://www.ceped.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=16>

PROMOTOR BRASIL

<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/Home/viewalladvocates#page-3>